



Pertencer e fazer morada no destino de refúgio: o cotidiano de refugiados e solicitantes de refúgio LGBTI+ no Rio de Janeiro

Flávia Belmont de Oliveira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

E-mail: flabelmont@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9378-6158>

Resumo: A partir da experiência de trabalho em uma ONG que promove interação e redes de apoio para pessoas migrantes LGBTI+, proponho a questão: como algumas pessoas refugiadas ou solicitantes de refúgio LGBTI+ expressam seus sentidos de pertencimento e formas de fazer morada no Rio de Janeiro, frente às estruturas afetivas, materiais e institucionais que lhes são oferecidas? Articularei reflexões através de narrativas orais e visuais, incitadas a partir de entrevistas semi-estruturadas com três pessoas venezuelanas LGBTI+ que viveram o processo de refúgio. Conceitualmente, debatarei sobre as esferas afetiva e material a partir do diálogo sobre os conceitos de *home/home-making* (MEEUS; VAN HEUR; ARNAUT, 2019; STARING; VAN LIEMPT, 2020; KOX; VAN LIEMPT, 2022; BOCCAGNI, 2017) considerando que as pessoas migrantes, quando refugiadas e LGBTI+, corporificam categorias políticas que levam a um tensionamento constante. Será frente à possibilidade de relaxamento da autoconsciência dessas posições sociais que explorarei, então, a dimensão cotidiana como base de cidadania destas pessoas.

Palavras-chave: refúgio; LGBTI+; estruturas de chegada.

Belonging and homemaking in the refuge destination: the daily life of LGBTI+ refugees and asylum seekers in Rio de Janeiro

Abstract: Based on the working experience at an NGO that supports LGBTI+ migrants, I propose the question: how do some LGBTI+ refugees or asylum seekers express their senses of belonging and ways of living in Rio de Janeiro, given the affective, material and institutional structures offered to them? I will articulate reflections through oral and visual narratives, incited from semi-structured interviews with three Venezuelan LGBTI+ people who have experienced the refugee process. Conceptually, I will discuss the affective and material spheres through a dialogue between the concepts of home/home-making (MEEUS; VAN HEUR; ARNAUT, 2019; STARING; VAN LIEMPT, 2020; KOX; VAN LIEMPT, 2022; BOCCAGNI, 2017) considering that LGBTI+ refugees embody political categories that lead to constant tension. It will be faced with the possibility of relaxing self-awareness of these social positions that I will explore, then, the everyday dimension as a basis for citizenship.

Keywords: Refuge; LGBTI+; arrival infrastructures.

Pertenecer y hacer hogar en el destino de refugio: el cotidiano de refugiados y solicitantes de asilo LGBTI+ en Río de Janeiro

Resumen: A partir de la experiencia de trabajo en una ONG que promueve redes de interacción y apoyo para personas LGBTI+ migrantes, planteo la pregunta: ¿cómo las personas LGBTI+ refugiadas y solicitantes de asilo expresan su sentido de pertenencia y formas de vivir en Río de Janeiro, frente a estructuras afectivas, materiales e institucionales que se les ofrecen? Articularé reflexiones a través de narrativas orales y visuales, incitadas a partir de entrevistas semiestructuradas a tres personas LGBTI+ venezolanas que vivieron el proceso de refugio. Conceptualmente, escribiré sobre las esferas afectivas y materiales a partir del diálogo sobre los conceptos de home/home-making (MEEUS; VAN HEUR; ARNAUT, 2019; STARING; VAN LIEMPT, 2020; KOX; VAN LIEMPT, 2022; BOCCAGNI, 2017), considerando que los refugiados LGBTI+ encarnan categorías políticas que conducen a una tensión constante. Será ante la posibilidad de relajar la autoconciencia de estas posiciones sociales que exploraré, luego, la dimensión cotidiana como base para la ciudadanía de estas personas.

Palabras clave: refugio; LGBTI+; estructuras de llegada.

Recebido em: 08-07-2023
Aceito em: 30-01-2024



INTRODUÇÃO

A migração e o refúgio são processos que compreendem redes de relações e estruturas, abarcando os perigos e ameaças que causaram a necessidade do deslocamento, passando por seus sistemas burocráticos e políticos de (des)legitimação, e incluindo os afetos que migrantes encontram e constroem ao lidar com a sociedade civil receptora. Fazem parte desta teia o trabalho de instituições internacionais, do Estado, de organizações da sociedade civil e os esforços e negociações materiais e subjetivos das pessoas que migram.

Esta complexidade demanda olhares ampliados sobre a situação legal e social de pessoas migrantes, desde uma concepção de que o processo migratório é contínuo, não apenas emergencial; é tanto material quanto emocional/afetivo; está mais perto do dia-a-dia das pessoas nativas de um dado país ou sociedade do que se imagina; e não se encerra nas provisões legais mais progressistas ou conservadoras/xenofóbicas de um certo Estado ou sistema político. Mais especificamente no Brasil, dado que a Lei de Migração n.13.445/2017 é considerada uma das mais progressistas do mundo (JUBILUT; SILVA; VELÁSQUEZ, 2020), é preciso atentar para a esfera cotidiana do refúgio e da migração, corporificando-a, entendendo problemas e possibilidades das pessoas que vivem tão complexo fenômeno. É, então, através da abordagem sobre rotina e modos de pertencimento que escrevo este artigo, a partir de narrativas orais e visuais de pessoas solicitantes de refúgio e refugiadas LGBTI+, levantadas através de entrevistas semi-estruturadas.

A partir de lentes teóricas e conceituais atentas à imbricação entre gênero, sexualidade e migração/refúgio, proponho reflexões a partir da seguinte pergunta: como pessoas migrantes LGBTI+ expressam seus sentidos de pertencimento e formas de fazer morada no Rio de Janeiro, frente às estruturas afetivas, materiais e institucionais que lhes são oferecidas por parte do Estado, da sociedade civil e outras instituições? Persigo tal questão através de narrativas orais e visuais de três pessoas venezuelanas LGBTI+, duas refugiadas e uma solicitante de refúgio, que chegaram no Brasil entre 2018 e 2020 e moram no Rio de Janeiro¹. Tais entrevistas² são uma seleção dentro do escopo maior de entrevistas semi-estruturadas para uma tese de doutorado que está sendo desenvolvida sobre o mesmo tema, e têm o objetivo de prover um panorama amplo sobre as negociações e necessidades diárias de pessoas que vêm reconstruindo suas vidas na dimensão cotidiana da tentativa de “fazer morada” em uma metrópole brasileira, en-

-
- 1 Desenvolvo este artigo no escopo de minha pesquisa de doutorado, em que completarei entrevistas com nove pessoas com status de migrantes, refugiadas ou solicitantes de refúgio. Para fins deste artigo, justifico abarcar três pessoas envolvidas na categoria refúgio por questões de tempo e de recorte conceitual da categoria de análise “refúgio”.
 - 2 De acordo com normas éticas de confidencialidade e com a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido juntamente à Câmara de Ética da universidade onde a pesquisa está sendo realizada, os nomes das pessoas e de alguns lugares serão anonimizados e pseudonimizados.



quanto são interpelados por categorias burocráticas, políticas e subjetivas de solicitantes de refúgio, refugiados e LGBTI+.

O artigo está dividido em: a) uma introdução ao contexto jurídico migratório; b) na articulação conceitual sobre as dimensões estruturais e afetivas do acolhimento consoante conceitos de *home/homemaking* (MEEUS, VAN HEUR, ARNAUT, 2019; KOX; VAN LIEMPT 2022), e questões de gênero e sexualidade; c) apresentação de entrevistados e seus relatos; d) revisão das articulações conceituais à luz dos relatos, e narrativas visuais, assim como do panorama de conceitos sobre *home/homemaking* que terão sido apresentados. Alguns dos achados desdobrados ao final deste artigo remetem ao isolamento, ao desemprego e à desigualdade social e geográfica no Rio de Janeiro como intensificadores da solidão destas pessoas, ao mesmo tempo em que o reconhecimento dos direitos LGBTI+, os direitos “em potencial” de pessoas migrantes e o apoio da sociedade civil (afetos LGBTI+, amigos íntimos) são fatores que renovam suas perspectivas e negociações sobre uma vida digna no presente e no futuro.

O CONTEXTO JURÍDICO BRASILEIRO

A Lei de Migração n.13.445/2017 substituiu o Estatuto do Estrangeiro de 1980, construído através dos princípios da segurança nacional. É a partir dela que se inaugura no Brasil o direito migratório, segundo o qual a pessoa migrante é entendida como sujeito de direitos, mais do que uma ameaça ao país (JUBILUT; SILVA; VELÁSQUEZ, 2020). Nos últimos anos, o Brasil tem facilitado a entrada de pessoas de algumas nacionalidades, como Haiti, Síria, Afeganistão e Venezuela³, em decorrência do reconhecimento de que tais países passam ou passaram por crises humanitárias. As normativas são determinadas em Portarias Interministeriais, em diálogo direto com algumas diretrizes da Lei do Refúgio de 1997, n. 9.474. Por exemplo, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) reconheceu, em 2019, situação de grave e generalizada

3 No tocante ao processo facilitado de refúgio, a Venezuela foi o país que mais recebeu atenção através de medidas de emergência do CONARE. Ainda em 2018, uma série de Decretos e Medidas Provisórias foram assinados com vistas a estruturar o acolhimento e a assistência das pessoas em vulnerabilidade, consolidando a disposição jurídica brasileira em lidar com o tema, o que facilitou o pedido e a deliberação do status de refúgio para nacionais venezuelanos e financiou operações através do Ministério de Defesa. Nesse contexto, foi criada a Operação Acolhida, força-tarefa concentrada no Estado de Roraima e na cidade de Manaus - com apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) - que gere abrigos (foram oficializados os já existentes e criados novos) e leva a cabo os processos de interiorização das pessoas que se encontram no Estado de Roraima para outras localidades do país (FONSECA, 2020). Embora seja uma iniciativa de relativa abertura em comparação às leis de outros países que recebem migrantes, as decisões por meio de instrumentos provisórios indicam paradoxos entre a preocupação pela segurança nacional e a proteção dos sujeitos, pois sugerem uma hierarquia da lei, que segue intocada em relação a novas aberturas. O protagonismo das Forças Armadas na operação acolhida e a securitização generalizada da questão migratória na prática se chocam com os ideais da Lei de Migração (JUBILUT; SILVA; VELÁSQUEZ, 2020; FACUNDO, 2017).

violação de direitos humanos na Venezuela⁴ e o CONARE julgou em bloco, pela primeira vez, o reconhecimento de cerca de 21,4 mil pessoas venezuelanas como refugiadas (BRASIL, 2021); decisões estas que seguem acontecendo para facilitar o fluxo vindo deste país.

Existem diferenças jurídicas entre as categorias refugiado e migrante, e não obstante estas se contêm e estão em diálogo. A Lei de Migração n.13.445/2017 dispõe de artigos e incisos relativos a categorias pertinentes ao processo migratório, como, por exemplo, as solicitações de residência. Nestes tópicos, o refúgio (categoria que concede visto de residência permanente) é considerado um benefício jurídico dentro do escopo maior da migração, concernente a um tipo de pessoa migrante. Como propõem Crawley e Skleparis (2017), as categorias políticas, os usos populares e as concepções acadêmicas das ciências sociais se modulam entre si e interagem intensamente entre essas três esferas. Isto é, os usos políticos das palavras refugiado e migrante são contextuais, e as distinções jurídicas não são incontesteáveis. Sobretudo, ressalto que a hiperpolitização da categoria “refugiado” não é indicativa apenas do deslocamento, mas sim dos regimes de soberania estatal que colocam a vida política como ocorrendo dentro dos Estados-nação e suas jurisdições mutuamente excludentes (JUBILUT; MADUREIRA, 2014). Enquanto isso, o “migrante” é colocado, juridicamente, como aquele que se move com maior flexibilidade, ao mesmo tempo em que sua mobilidade é condenada por não se fundar em temores políticos internacionalmente reconhecidos. Em última instância, o efeito concreto da separação migrante/refugiado é a deportação de pessoas que vêm de países enquadrados como “Terceiro Mundo”, por serem consideradas migrantes econômicas, supondo-se que a migração econômica é uma escolha sem coerção, ao contrário do refúgio (CRAWLEY, SKLEPARIS, 2017).

Especialmente no caso das pessoas por mim entrevistadas, a solicitação de refúgio, embora oficialmente motivada pela grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela (como reconhece o CONARE), está acoplada ao exílio por motivações de sexualidade, gênero e perseguições familiares - que Rezende (2018) chama de “sexílio” -, ou seja, coerções não necessariamente comprováveis, cujas dimensões intersubjetivas estão aquém das narrativas requeridas pela burocracia migratória. Portanto, mesmo que as pessoas participantes desta pesquisa sejam refugiadas e solicitantes de refúgio, refiro-me a elas majoritariamente como migrantes, frente às suas trajetórias de deslocamento; por outro lado, adoto a categoria de refugiados e solicitantes de refúgio ao me referir à especificidade do status jurídico, quando necessário.

4 Ver inciso III do artigo 1º da Lei do Refúgio n. 9.4749/2017.



No Brasil há direitos⁵ formais para pessoas que atravessam a fronteira e aguardam decisão sobre seu status jurídico. Há uma lacuna, porém, entre os direitos garantidos por lei e a execução da legalidade na prática. Dentre os motivos, estão o desconhecimento generalizado sobre a cidadania de pessoas que migram; a xenofobia e o racismo; os choques culturais, a falta de estruturas de chegada (MEEUS, VAN HEUR, ARNAUT, 2019; KOX; VAN LIEMPT 2022); a LGBTI+fobia e a estigmatização direcionada especificamente ao povo venezuelano devido à instrumentalização política da crise econômica neste país para fins da disputa política presidencial no Brasil em 2018 (FONSECA, 2020), que atingiu diretamente as pessoas participantes desta pesquisa, sendo venezuelanas LGBTI+ e tendo chegado no Brasil entre 2018 e 2020.

MIGRAÇÃO E NARRATIVAS COTIDIANAS: DIMENSÕES E POSTURAS DE PESQUISA

Escrevo este artigo a partir da experiência vivida de voluntariado por 15 meses (ainda em continuidade) na ONG Pétala⁶ que oferece escuta ativa, acompanhamento para saúde, empregabilidade e questões sócio-jurídicas para a população migrante LGBTI+⁷. Comecei, ali, a perceber os hiatos entre não apenas as propostas de inclusão social e garantia de direitos para estas pessoas, mas também a falta da visão interseccional sensível à cis⁸-heteronormatividade e às dimensões necessárias para a garantia de uma vida digna, não só pelas necessidades materialmente básicas (comida, saúde, educação), como também aquelas necessidades subjetivas, intersubjetivas e materiais que, embora não percebidas como básicas, também o são.

5 Em território brasileiro, as pessoas indocumentadas têm acesso ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social (SUS e SUAS), podem trabalhar informalmente sem comprometer-se juridicamente e, se precisam trabalhar formalmente, devem solicitar status de refugiados ou de residentes temporários ou permanentes (migrantes), e podem manter-se trabalhando até que saia a deliberação sobre seu status de cidadania. O CPF e o Registro Nacional Migratório Provisório ou o documento de Solicitação de Refúgio bastam para que tenham carteira de trabalho, possam abrir conta bancária e ter acesso a programas de auxílio financeiro nacionais, dentre outros direitos.

6 Pétala é um nome fictício, usado para manter a confidencialidade da ONG devido a questões de ética e segurança, especialmente devido à interrelação entre as pessoas entrevistadas e a instituição.

7 Intercalo as siglas LGBTI+ e LGBT+, sendo esta última aplicada ao nome da ONG referida. As siglas, nomeações, significados e concepções mais profundas acerca das condutas sexuais e identidades variam de acordo com o contexto de tempo, espaço, contexto coletivo e visões individuais. Na última - e primeira - Conferência Nacional LGBT, em 2008, foi decidido que o nome oficial no âmbito da articulação institucionalizada de movimentos sociais seria LGBT. De lá para cá, vêm crescendo as nomeações dadas a subjetividades dissidentes, e a escolha da sigla depende de uma variedade de fatores, sujeitos e identificações locais e internacionais. Dada a impossibilidade constitutiva de abarcar todas as identificações e subjetividades que existem nas dissidências, "LGBTI" é uma forma de nomear lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais (incluindo pessoas não-binárias), além de pessoas intersexo.

8 Pessoas cisgênero são aquelas cujo gênero corresponde ao sexo socialmente atribuído no nascimento.

As necessidades e vivências das pessoas migrantes e refugiadas se veem correspondidas ou negligenciadas nas estruturas de chegada, conceito caro à abordagem desta pesquisa, desenvolvido por Meeus, Van Heur e Arnaut (2019) e trabalhado por Van Liempt e Staring (2020) e Van Liempt e Kox (2022). Estruturas de chegada consistem naquelas partes do tecido urbano às quais os recém chegados se veem entrelaçados ao chegar, onde suas mobilidades sociais futuras, sejam locais ou translocais, serão produzidas e negociadas (MEEUS; VAN HEUR; ARNAUT, 2019).

À medida em que se entrelaçam nessas estruturas, surge a importância de outros conceitos relacionados a vivências rotineiras, como a segurança ontológica. Esta depende da combinação entre a materialidade dos objetos e as interações com outras pessoas, que, repetidas a partir de uma rotina, constituem a sensação de estabilidade psíquica e conforto com o universo em que se habita. A dimensão da rotinização é importante, não pela obrigatoriedade de repetição quase exata do que acontece no dia-a-dia, mas, por exemplo, porque ter um lugar familiar onde dormir, ter encontros constantes com pessoas conhecidas, sentir-se à vontade para cometer erros linguísticos, poder confiar em alguém, são relações construídas a partir de reiterações do contato e do contexto (PETERS, 2014). Na ausência desses alicerces, aparece a constante tensão psíquica, que não necessariamente se traduz em estado de alerta, mas pode surgir também em estados de extremo tédio e solidão, como relatados pelas pessoas entrevistadas.

As pessoas participantes desta pesquisa são um casal de homens cisgênero gays, George⁹ e Charmander, e um homem transgênero heterossexual, Rafael, estes últimos refugiados e o primeiro solicitante de refúgio. Todos foram por mim atendidos no contexto da Pétala e já havíamos compartilhado espaços comuns, inclusive de lazer. As histórias foram contadas através de entrevistas semi-estruturadas, e não obstante os encontros se deram como conversas informais¹⁰. As questões giraram em torno de palavras como pertencimento, rotina, lugares de lazer, sentir-se em casa, redes de amizade, e não suscitaram a necessidade de contar histórias trágicas, embora estas tenham surgido. Como alertam Bilger e Van Liempt (2012), há uma tendência extrativista, por parte de entrevistadores, de tentar capturar detalhes sórdidos que caibam no escopo da pesquisa e tentem dramaticamente legitimar as aspirações acadêmicas (BILGER; VAN LIEMPT, 2012).

As narrativas aqui escritas compõem um esforço cartográfico não necessariamente situado em mapas geográficos, mas apontando para histórias e discursos que mencionam lugares afetivos e materiais, redes de pessoas, obstáculos e superações subjetivas e estruturais. Embora os estudos migratórios em Relações Internacionais enfatizem, em geral, as trajetórias e atravessamento de fronteiras, este trabalho aponta para a articulação de aspirações, possibi-

9 Todos os nomes são fictícios para proteger a identidade e integridade das pessoas.

10 Em nenhuma ocasião as perguntas foram feitas por completo, pois compartilhamentos anteriores mais espontâneos já haviam exaurido o tema levantado.

lidades e insuficiências, sistematizando os aspectos afetivos e materiais que constituem essas experiências de vida, na tentativa de criar e circular conhecimento pautado na necessidade de que demandas sejam ouvidas e atendidas multidimensionalmente pelo Estado e pela sociedade civil. Sabendo que processo de refúgio e o reconhecimento e descoberta da sexualidade dentro dos termos LGBTI+ são processos burocráticos e políticos, parto da premissa – informada pela literatura sobre migração, gênero e sexualidade, assim como pela minha experiência de trabalho na Pétala - de que há um tensionamento constante na subjetividade das pessoas entrevistadas: são estrangeiras, falam outro idioma, têm documentos de identidade diferentes e muitas vezes não reconhecidos por falta de informação da sociedade civil, migraram (também) por LGBTI+fobia e ainda são discriminados constantemente no Brasil, o que dificulta a sua entrada no mercado de trabalho (FONSECA, 2020; FONTGALAND; FRANÇA, 2023; PRATA FILHO, 2023; REZENDE, 2018).

Assim, é frente à possibilidade de relaxamento da autoconsciência dessas posições sociais, à oportunidade de cometer erros linguísticos, de agir fora do roteiro prescrito para a vida de pessoas refugiadas, de haver lugares de suposto descanso das que sempre os interpelam (KOX; VAN LIEMPT, 2022), que as concepções de “pertencer” e “fazer morada/sentir-se em casa¹¹” serão desenvolvidas, tecendo encontros e desencontros com o que reportaram as pessoas entrevistadas. Ademais, pedi que as pessoas se expressassem visualmente através da confecção de colagens em torno do tema “fazer morada” no Rio de Janeiro ou outro lugar de seu desejo. A colagem como método rompe com demandas de representação da escrita acadêmica e desafia o que se conta como pesquisa. Estas não são apenas ilustrações e nem material de pesquisa no senso geral do conceito; são ambos e também mais do que isso. Funcionam como veículo para uma reflexão que vai tanto além da pesquisadora, como da leitora e das pessoas que fazem as colagens (SÄRMÄ, 2014)¹².

HOME, HOMEMAKING, PERTENCIMENTO, ESTRUTURAS DE CHEGADA, TRABALHO

Richard Staring e Ilse Van Liempt (2020), pesquisaram a vida cotidiana de pessoas refugiadas sírias na Holanda com o objetivo de entender como lidam com práticas regulatórias

11 Forma como me referi às palavras que, nas categorias analíticas aqui usadas, estão escritas em inglês como *home* e *homemaking* (BOCCAGNI, 2017; KOX; VAN LIEMPT, 2022).

12 Como forma de suscitar uma continuidade da relação da pesquisa produzida com a participação das pessoas, negociei devolutivas, como, por exemplo, a possibilidade da criação de um website para exibição das colagens e de textos/áudios que sejam do desejo das pessoas entrevistadas; no caso de duas das pessoas que participaram das entrevistas para este artigo, negociamos o início de uma troca de escritos, onde eu compilarei as histórias contadas e lhes enviarei em português, pois têm interesse no exercício da escrita e na eventual publicação de textos com suas histórias.

do governo holandês. A pesquisa mostrou que algumas rotinas diárias são vitais para a incorporação social de pessoas refugiadas, indicando que alguns espaços específicos podem causar desconforto e concomitantemente ser importantes para o processo de fazer morada (*homemaking*). Frequentar repetidamente alguns espaços e encontrar as mesmas pessoas leva à socialização e ao hábito, propiciando a construção de amizades. Por outro lado, a socialização forçada é exaustiva, cobra da pessoa um nível de comprometimento com a língua e disponibilidade excessiva para tentar construir amizades. Por isso, são importantes os lugares de restauração (*places of restoration*), isto é, espaços onde as pessoas se esquecem de suas preocupações, restauram suas energias, curam seus estresses (STARING; VAN LIEMPT, 2020). É notável a articulação feita pelos autores entre a possibilidade do relaxamento de categorias hiper-políticas e histórias de trauma; a possibilidade de fazer morada; e a possibilidade de pertencer. Entender demandas e experiências de pessoas migrantes nos lugares em que se sentem “em casa” permite fazer associações entre demandas subjetivas e emocionais e necessidades materiais.

A distribuição dos espaços públicos como parques abertos; a distância de tais espaços para os locais de habitação em que pessoas refugiadas conseguem se alocar; as formas de aparecer em público e demonstrar afeto em relação ao gênero e à sexualidade; a possibilidade de frequentar um lugar *LGBTI+friendly* sem a obrigação de ter dinheiro para pagar por uma bebida (pois geralmente tais espaços são privados ou semi-públicos), enfim, os sentidos de pertencimento suscitados por cada tipo de espaço e mobilidade relativa dependem de uma performatividade que inclui a reiteração da rotina e a relação para com grupos e espaços frequentados (KOX; VAN LIEMPT, 2022). O pertencimento pode, em parte, ser traduzido pela sensação de conforto, e estendido à percepção de sentir-se em casa, baseada, segundo Boccagni (2017), nas sensações de segurança, familiaridade e autonomia. Em outras palavras, a experiência de se sentir em casa tem bases espaciais e performativas, envolvendo as interações com a população nativa, o acesso ao mercado de trabalho e a serviços de bem-estar, o acesso à casa, ao lazer. O pertencimento também se relaciona ao reconhecimento, na medida em que ocupar espaços públicos é ocupar o campo regulado da aparência e do comportamento público. Uma praça, um parque, a praia, são lugares que funcionam sob regulações sociais específicas que reconhecem alguns sujeitos como aceitáveis caso correspondam à expectativa normativa que rege aquele lugar (BUTLER, 2015). Desse modo, as relações não cis-heterossexuais chacoalham a noção de pertencimento de pessoas migrantes desde o ponto de vista de que o espaço público não é igualmente acessível a todas as pessoas.

A mobilização política do termo “lar” também tem dimensões sexualizadas e generificadas. Quando relacionada à ideia de pátria e de terra natal (*homeland*), o lar/home pode ser um lugar físico mas também imaginado, que não é separado do mundo público e político; é construído através desses mundos: o doméstico é criado pelo extra-doméstico e vice-versa, em

variadas escalas, micro e macro. Nessa esteira, as diferentes palavras que remetem à ideia de lar oferecem caminhos metafóricos para contestação geográfica que podem significar simultaneamente a nação, o bairro ou apenas a rua em que uma pessoa mora (BRICKELL, 2012, p.575).

A migração afeta a dimensão política do lar, no sentido da desnaturalização daquele ponto anterior de morada no país de origem e reflexão sobre os significados de pertencer e morar (*casa, lar, home*) e de terra-natal (*homeland*). Atravessada pela dimensão de gênero e sexualidade, fazer morada torna-se complexo porque há um potencial de questionamento sobre o próprio lar de origem como ponto de segurança, controle e familiaridade (BOCCAGNI, 2017). Se o homem cis-heterossexual é imaginado como a figura migrante, a essencialização do lar anterior como local de conforto e segurança lhe é potencialmente mais correspondente. Embora haja variantes culturais, é comum que o provedor/comandante da casa seja o marido, o pai, ou o irmão mais velho. As hierarquias supostamente naturalizadas da família representam um ideal de tradicionalidade que se expande para escalas políticas maiores; nessa lógica, a família cis-heterossexual, vista como a unidade básica da política, exemplifica as regras sociais que devem se aplicar à nação (HILL-COLLINS, 1998). Para as pessoas que viveram o processo de sexílio (REZENDE, 2018), a renovação dos pontos de referência em relação ao lar, como a associação entre lar e família, entram em constante choque, na medida em que permanecer no lar foi impossível *por causa* da família.

Refletir sobre a aplicação dos sentidos de fazer morada com pessoas migrantes LGBTI+ tende a desagregar a relação entre *home e homeland*, desagregando também a hiper-politização da pessoa refugiada como aquela cuja existência remete à política com P maiúsculo, que se desdobra em palavras atreladas como refúgio, conflito, guerra, crime (como veremos adiante com o relato de George). Elaborar sobre a dimensão cotidiana sem remeter ao conflito, à crise e à guerra desvia o foco das práticas de análise que pensam a vida ou o lar na ótica da destruição e da desapropriação (BRICKELL, 2012), e aponta para as possibilidades de reconstrução.

RAFAEL: REDESCOBRIR-SE, DISCIPLINAR-SE, REFAZER-SE

Rafael e eu marcamos o encontro na praia de Copacabana, por sugestão dele. Ali chegando, eu pensava que iríamos à areia, fazia sol. Mas ele pediu que ficássemos no quiosque onde me esperava, e comentou que ao dizer “praia” ele se referia geralmente aos quiosques. Rafael vestia calça e camisa pretos, e um crachá de um evento ao qual tínhamos comparecido naquela semana. Ali, se demonstraram-se duas situações: ele não se sentia à vontade em ficar na areia da praia, vestindo calção ou biquíni, pois não condizia com sua expressão de masculinidade, como depois comentou; como forma de se sentir mais à vontade, afirmando sua presença legítima naquele local frequentado pela elite carioca, ele escolheu exibir o crachá com seu nome e/ou se apresentar como um trabalhador, pertencente à equipe de alguma em-



presa, ou algo semelhante. Essa foi a maneira encontrada por Rafael de apropriar-se daquele lugar. Como afirma Boccagni, se uma casa é um pedaço de propriedade, o lar é a apropriação daquele lugar, ou potencialmente de qualquer outro. Apropriar-se de espaços, moralmente, culturalmente e legalmente, é fazê-los pessoais, significativos e seguros (BOCCAGNI, 2017, p.110). Rafael fez ali uma tentativa de se apropriar e pertencer, vestindo-se de trabalhador e deixando clara a masculinidade de seu nome, mostrando-se pertencente a uma coletividade normalizada.

Rafael chegou no Brasil no final de 2018 através da fronteira venezuelana com a cidade de Pacaraima, em Roraima, e veio ao Rio de Janeiro através do processo de interiorização oferecido dentro da Operação Acolhida. Ele foi direcionado a um abrigo¹³¹⁴ na Zona Oeste do Rio, e posteriormente conseguiu sair, por não se sentir bem com o tratamento compulsoriamente cis-heterossexual e a lesbofobia que sofreu. “Uma menina dizia que eu ficava de madrugada olhando os peitos dela (...). Me expulsaram do abrigo. No que me expulsaram do abrigo, eu falei pras meninas: gente, eu preciso ir pra algum lugar”.

As meninas a quem Rafael se refere são as fundadoras da Pétala, cujo funcionamento era bastante pessoal e direto à época (2019), pois havia escassa estrutura física e material, e poucas pessoas migrantes e refugiadas eram atendidas; através delas, Rafael recebeu apoio para regularização de documentação, foi posto em contato com redes de apoio para ajuda com habitação, frequentou eventos de lazer sapatão e foi-se entendendo como homem trans, ao invés de mulher lésbica/sapatão. Essas redes lhe ofereceram formas de vislumbrar um novo começo, após sair de sua casa em Caracas rumo ao Brasil, sendo forçado a deixar três filhas com seu ex-esposo devido à lesbo/transfobia.

Vivendo hoje sozinho e de aluguel em um bairro da Zona Oeste que concentra população de baixa renda, incluindo quantidade significativa de migrantes, Rafael, perguntado sobre atividades de lazer e amizades, diz atualmente não ter amigos e não sair de casa: gosta de ligar o ar-condicionado, fechar as janelas e ficar no escuro, apenas com seu cachorro e seu celular. Mesmo satisfeito com a amplitude espacial de sua casa, Rafael afirma que a sensação de estar em casa aconteceria apenas se pudesse trazer suas três filhas da Venezuela. Contudo, já tendo conhecido vários estados brasileiros devido, principalmente, a relacionamentos amorosos viabilizados pela *internet*, ele afirma sem hesitação que seu lar, embora incompleto, é o Rio de Janeiro.

13 Uma das estratégias de interiorização consiste no financiamento de abrigos da sociedade civil e de governos estaduais e municipais por parte da ACNUR e da OIM para receber pessoas que atravessaram a fronteira brasileira e ficaram em abrigos (FONSECA, 2020).

14 Este abrigo, embora conste na publicação “Interiorização e Integração no Destino: Rede de Serviços de Apoios do Acnur”, fechou há cerca de um ano. Ver em: ACNUR. Interiorização e Integração no Destino: Rede de Serviços de Apoios do Acnur. Fev de 2021, disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Rede-de-Servic%CC%A7os-e-Apoios-do-ACNUR8397.pdf>>.

Nos relatos dos entrevistados, a *internet* aparece como uma esfera de interação e transformação, onde os canais de troca puderam alimentar aspirações de mudança, propiciar facilidades e prover redes de apoio em torno de comunidades de interesse, assim como manter uma proximidade virtual com a família e amigos de longa data e ser um meio de entretenimento alternativo para aqueles que não podem dedicar-se a programas culturais e de lazer. Apesar disso, a *internet* também concentra os sintomas de uma sociedade que alimenta a cultura individual do empreendedorismo, na qual as oportunidades de emprego, moradia, otimização econômica e acesso à informação são narradas como amplamente disponíveis e dependentes do esforço individual de acesso e proveito das informações distribuídas (ZANFORLIN, 2018).

O assunto mais abordado por Rafael na nossa entrevista foram os seus casos românticos, contados com animação. Em outro bairro periférico da Zona Oeste, passou a frequentar, em 2019, uma choperia de público diverso onde conheceu e se relacionou com mulheres cisgênero. Seus afetos lhe ofereciam casa, comida e apoio emocional, onde pôde arrefecer temporariamente as lembranças de seus problemas de família e de violência durante a trajetória de migração. Após o tempo de descoberta sexual e passadas algumas frustrações amorosas, Rafael se diz triste e idealiza a felicidade quando puder trazer suas filhas para o Brasil. Essa projeção depende da supressão de outras condicionantes que prejudicam sua qualidade de vida: a violência causada pela batalha de facções na vizinhança, falta de oportunidades de emprego, os traumas vividos na trajetória de migração. Afetivamente, sente que o Rio de Janeiro lhe deu muitas oportunidades, e foi feliz por um tempo, quando tinha romances frequentes; porém, mais tarde, e com a rotina mais disciplinada nos períodos em que esteve empregado, Rafael viu sua vida tornar-se mais ébria e também sombria; não tem amigos e nem vontade de sair de casa. A decisão de disciplinar sua vida para ter potencial estabilidade financeira pelo trabalho (e o eventual insucesso em consegui-la) parecem ter tornado a saudade de suas filhas lembrança central de seu dia-a-dia, e os períodos em que esteve empregado tornaram-se antônimo de lazer: conseguindo funções de ajudante de cozinha, não ganhava o suficiente para uma vida tranquila, e nem tinha tempo para si mesmo e com amigos.

No contexto da temporalidade esperada para a integração da pessoa migrante e refugiada em sua trajetória até a sociedade receptora, as instituições da estrutura migratória e de refúgio operam paternalisticamente as suas concepções de futuro quanto às pessoas refugiadas atendidas nas ONGs e nos programas de acolhimento. Angela Facundo (2017), entrevistando funcionários da ACNUR, versa sobre o ponto de vista ali operante, segundo o qual as pessoas mais aptas mostram-se disciplinadas para o objetivo de integração através do trabalho formal, entendido como a porta de entrada para a socialização e a sobrevivência. Contudo, França e Fontgaland (2020) demonstram que a população transgênero e travesti, estigmatizada, tem dificuldade em ser integrada através do trabalho.

De fato, a empregabilidade é a porta de entrada para as possibilidades de construir-se como cidadã(o) quando não há outra maneira de se sustentar financeiramente, e, como aponta Sayad (1998), a sociedade receptora tem dificuldade em entender a conjunção entre o imigrante e o desemprego: em condição de refúgio ou outra situação migratória, estar desempregado é um paradoxo, pois suscita a questão do motivo de uma pessoa não brasileira estar ocupando as vagas de emprego naquele país ou aumentando a massa desempregada. O emprego é, assim, um dos temas que mais inflam o tratamento da migração como um problema social danoso à sociedade receptora. A migração e pessoas migrantes são compreendidas como um problema em si mesmo, cuja solução seria negá-lo, não conceder direitos e enrijecer as fronteiras (SAYAD, 1998).

Hoje, Rafael tenta corresponder aos ideais que lhe são cobrados para conseguir um emprego, mas não consegue ter segurança psíquica e tem dificuldade de sair de casa, que vem aumentando devido ao perigo da violência urbana, à “guerra entre a milícia e os bandidos”, que ele relata ter se intensificado em 2023 na vizinhança. A ele estão indisponíveis a maioria dos aspectos que compõem a segurança, a familiaridade e o controle, que, segundo Boccagni (2017), são alguns dos pilares para a construção de uma relação positiva para com o espaço em que se vive, e que constituem a concepção de segurança ontológica (PETERS, 2014).

Gostar do Rio de Janeiro, das praias, paisagens e lazeres não corresponde a usufruí-los, pois lhe falta a possibilidade de existir no espaço público individualmente, em coletivo e sem tensões latentes. Se a sensação de lar é a construção de relações especiais com um lugar, o político está na forma como essas possibilidades são desigualmente distribuídas. Tal desigualdade se manifesta na falta de infraestruturas de chegada, na escassez de iniciativas de arrefecimento dos danos emocionais e psíquicos da migração (MEEUS; VAN HEUR; ARNAUT, 2019; KOX; VAN LIEMPT, 2022) e na descontinuidade de políticas de habitação e encaminhamento para oportunidades de trabalho¹⁵, as quais ele conseguiu acessar, significativamente, por ter conhecido a Pétala. Para passear, Rafael gosta de andar na orla da praia da Barra da Tijuca, mas lamenta ter sido assaltado recentemente. Este é mais um fator para que ele decida permanecer em casa, evitando contato social tanto quanto possível.

15 O Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados Migrantes existe desde 2009 (CEIPARM), e o Comitê Intersetorial de Políticas de Atenção a Imigrantes, Refugiados e Apátridas (COMPARM) existe desde 2022, presidido pela Secretaria Especial de Cidadania da Prefeitura do Rio. Em janeiro de 2023, a prefeitura, através desta secretaria, inaugurou o CRAI, Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes, que contava com um abrigo de 20 leitos. Ao final do primeiro semestre, o abrigo não tem perspectiva de continuidade, mas o serviço de atendimento do CRAI continuará funcionando.

CHARMANDER E GEORGE: DISTÂNCIA, AMIGOS IDOSOS, O MAR, O NOVO LAR

Charmander e George são um casal cisgênero gay que atravessou a fronteira da Venezuela com o Brasil no começo 2020, alojando-se na cidade de São Gabriel da Cachoeira, levando consigo apenas o documento venezuelano. Logo após sua chegada, começou a pandemia de COVID-19, e seus meios de sustento foram anulados. Conseguiram seguir para Manaus, onde se alimentaram provisoriamente recorrendo a um abrigo da ACNUR, que frequentavam apenas para comer. Decidiram mudar-se para o Rio de Janeiro com ajuda de um conhecido através do *Facebook*, com quem vinham construindo amizade, e trocaram hospedagem em um município na Baixada Fluminense por um trabalho na horta da casa deste conhecido. Antes de chegar à cidade, Charmander e George haviam pesquisado “coisas LGBT” (Charmander) no Rio de Janeiro pela *internet*, e então souberam da existência da Pétala, ONG à qual recorreram na ocasião da mudança de comportamento do anfitrião, que não mais se contentava com o trabalho na horta, e quis hospedá-los em troca de sexo com Charmander.

Ao contactar a ONG, o casal foi orientado sobre procedimentos para solicitação de refúgio, e agendou ida à Polícia Federal em outro município da Baixada Fluminense, razoavelmente próximo à casa do rapaz onde ainda estavam hospedados. De lá, eles saíram com um papel A4, o protocolo de refúgio, que dá acesso à cidadania brasileira até que saia a deliberação final sobre o status de refugiados. É com este protocolo em mãos que podem retirar a carteira de trabalho. Enquanto ainda indocumentados, trabalharam numa loja na Baixada, 12 horas por dia em troca de 30 reais diários. Antes de começarem a trabalhar na loja, queriam empreender, vender sacolé e brigadeiro, como tinham feito quando moraram em São Gabriel da Cachoeira. As fundadoras da Pétala os ajudaram com um apoio financeiro inicial, mas o empreendimento não deu certo: a população da Baixada não comprava, não havia demanda. Perceberam que só conseguiriam vender bem na Zona Sul do Rio de Janeiro, idealmente na praia, onde não conseguiriam ir diariamente pela distância de 2 horas e meia para a casa em que estavam hospedados.

Após retirada de carteira de trabalho, ambos conseguiram trabalho formal, por indicação de um conhecido, como operadores de transporte e transbordo, em uma empresa terceirizada que servia a uma empresa estatal. Durante este tempo, conseguiram sair da casa do rapaz anfitrião para obter sua casa própria em outro município da Baixada Fluminense. Conseguiram comprá-la procurando pelo mercado *online* do *Facebook*. Obtiveram dinheiro graças ao crédito liberado pelo Banco do Brasil, onde abriram conta devido ao trabalho na estatal. A Pétala os ajudou a organizar os documentos necessários para a compra. Dada a validade do contrato de trabalho, Charmander conseguiu novo emprego através da Jornada de empregabilidade da



Cáritas¹⁶, no segundo semestre de 2022, como cozinheiro em um supermercado num bairro de classe média da Zona Norte carioca.

George está desempregado há mais de um ano. Relata sentir muito tédio. Ele não se sente confiante em sair só pela rua sem seu companheiro, que teve seu celular recentemente roubado perto de casa, devido à batalha de facções no morro que fica logo ao lado, algo que disseram nunca ter imaginado antes de sair da Venezuela: sabiam que existiam favelas, mas não violência aberta assim, que toma conta de toda a vizinhança, que envolve “polícia, milícia e bandidos, é tipo uma guerra” (George). Para ele, que morava numa favela em Caracas, essa realidade carioca é “chocante”.

Apesar de jovens, não vão a festas. Vão à praia “uma vez na vida”. Lembram de um passeio excepcional que fizeram ao Museu do Amanhã, promovido pelo Centro de Referência LGBT da Prefeitura de um município da Baixada Fluminense, como parte lúdica de um curso de corte e costura que fizeram quando estavam desempregados. Para eles, este foi um dos pontos positivos da vivência na Baixada, já que outros serviços, como o tratamento da polícia federal, o tratamento na UPA do município, dentre outros preconceitos, fazem da região da Baixada um lugar de “gente mal educada” (George), onde sofreram homofobia ao tentar cadastrar-se para o programa de transferência de renda Auxílio Brasil num Centro de Referência de Assistência Social, e Charmander sofreu racismo por parte de um policial na rua de sua casa, que disse abertamente ter que revistá-lo “porque você é preto” (Charmander). Ainda, brasileiros os questionam se não são refugiados porque, vindos da Venezuela, “mataram alguém por lá” (George).

Vitor Andrade (2017) chama de “paralelismo sem intersecção” as situações políticas nas quais se encontram migrantes e refugiados LGBTI+: enquanto pessoas não brancas advindas do chamado Terceiro Mundo, enfrentam racismo; enquanto migrantes, enfrentam LGBTI+fo-bia, e particularmente quando acessam serviços públicos, geralmente segmentados, têm suas demandas e necessidades fragmentadas, causando a sensação de que não pertencem a nenhum espaço. Buscando informações em estabelecimentos da cidade de São Paulo que oferecem políticas para LGBTI+, Andrade (2017) ouviu de funcionários que sua busca lhes causou surpresa ao checarem, em banco de dados, que nunca haviam atendido pessoas migrantes, ou que uma certa iniciativa não havia atendido migrantes, mas o faria se necessário. A partir dessa constatação, Andrade observa que tal paralelismo provoca distanciamento e a sensação, por parte de migrantes LGBTI+, de que essas instâncias não lhes cabem, seja por falta de informação ou pela falta de um esforço ativo para alcançar o público não cis-heterossexual e migrante (Andrade, 2017).

16 Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio da Arquidiocese do Rio de Janeiro, localizado no bairro Maracanã, que atua em parceria com a ACNUR. Ver: <<http://www.caritas-rj.org.br/quem-somos.html>>.



Devido ao isolamento forçado pela escolha de comprar uma casa acessível financeiramente, com espaço externo para bichos e menos tumultuada em relação à vizinhança, eles friaram o tédio, o cansaço e a solidão. Charmander, que atualmente trabalha, disse não estender suas amizades após o trabalho, já que o pessoal “faz muita festa, mas não podemos ir porque é longe”. George foi uma vez a um baile funk e uma vez ao réveillon de Copacabana, mas teve medo. “Aqui (em casa), tem milícia e bandido, mas a gente anda tranquilo, eu com meu iphone na rua, tranquilo, mas em Copacabana não, eu tenho muito medo de ser roubado” (George).

Diferentemente de outras pessoas migrantes que conhecem, George e Charmander vivem em uma casa isolada – apesar de avizinhada por um morro -, numa área quase rural. Eles o preferem porque gostam de bichos e de espaço, e não querem morar dentro de uma favela. A compra deste terreno com baixo custo foi possível pela precariedade material da casa, pela distância caminhando à estação de trem e pela localização do bairro e do município em relação à cidade do Rio de Janeiro. Se a casa e a criação de bichos podem ser um lugar de restauração no sentido apontado por Staring e Van Liempt (2020), foi possível tê-lo em um terreno distante do trabalho (Charmander leva entre três e quatro horas por dia no trajeto casa-trabalho), avizinhado por embates de facções, e com sentimentos de desconfiança em relação à vizinhança.

Cotidianamente, George vai à aula de português na Cáritas, de vez em quando vai à Pétala quando precisa de ajuda ou deseja participar de alguma atividade, e, para relaxar, gosta de passar a tarde no parque da Quinta da Boa Vista (parque grande da cidade, o mais próximo à sua casa) ou ir à praia com Charmander, mas raramente conseguem fazê-lo. Perguntado sobre os lugares em que se sentem em casa, Charmander se apresenta como uma pessoa mais tranquila.

Eu sou muito simples, só de respirar já tô feliz (sic). Pra mim o que é importa é casa, amizade e família. É isso (...) mas eu gosto de passear em Engenheiro Pedreira porque conheço gente da época em que trabalhei lá vendendo coisa na rua. Tem pessoas que eu conheço, conheço as ruas. Poder ir na casa da senhora Mônica e sentar, abrir a geladeira e tomar água. É um pessoal que eu tenho confiança e geralmente é mais velho.

Já George tem outras necessidades. Quer sair, compartilhar, tomar cerveja, e sobretudo morar perto da praia. “Não sei, eu sonho em ver o mar todo dia. Porque morando perto do mar você tem emprego, dá pra se virar vendendo qualquer coisa”. As pessoas a quem ele e Charmander podem recorrer são uma amiga de 64 anos, que conheceram através de colegas de trabalho, e um amigo cubano gay de cerca de 50 anos, que conheceram na Cáritas.

Para eles, identificar-se com o universo LGBTI+ é uma via de mão dupla: não gostam de amizade com gays: “Eu juro que a gente não é homofóbico, mas é que os gays não querem amizade, só transar. Ainda mais se for gordinho assim não querem ni saber (sic)” (George);



mas já tiveram bons momentos quando viveram um relacionamento a três com um rapaz que conheceram pela *internet*. Ele tinha carro e saíam para passear, "(...) tomar sorvete com o filho dele. Era perfeito, mas acabou, a relação dele com a família era complicada" (George). A única amizade mais aprofundada com uma pessoa gay é o amigo cubano acima mencionado.

O deslocamento geográfico leva a choques culturais e formas de hibridização que devem ser vistas mais como um processo social de transformação do que uma comparação de juízo de valor entre culturas, pois não há um processo linear de assimilação e aprendizado sobre a "liberdade sexual" (MANALANSAN, 2006). A visão de Charmander e George sobre os gays cariocas reflete formas de pensar e viver a sexualidade que só podem existir em choque e encontro. Sendo um casal e procurando amigos, se surpreenderam com a falta de amizades não-sexuais no mundo gay; por outro lado, Rafael, relacionando-se com mulheres lésbicas e bissexuais, pôde encontrar seu conforto e suas surpresas nesta abertura. É nesses entendimentos e acordos rotineiros que podemos compreender como um olhar atento à sexualidade importa, para fazer sentido dos comportamentos de certos grupos e comunidades localmente, conhecer os motivos do desconforto de algumas pessoas e do conforto de outras, e assim considerar os modos com que a sociedade civil amortece ou potencializa danos e expectativas de pessoas que viveram e vivem processos sociais complexos tais como a migração. A premissa de que pessoas LGBTI+ migrantes buscam se congregam com outras pessoas LGBTI+ no país receptor não é absolutamente verdadeira porque a carga cultural, as diferenças de classe, raça, região de moradia, assim como a LGBTI+fobia internalizada, incidem na forma como as pessoas entendem a si mesmas e articulam suas similaridades e diferenças

No último encontro, George relatou não ser confortável trocar afeto em público, como na Quinta da Boa Vista, porque já escutam o sotaque e o jeito deles sabendo que são estrangeiros e; "imagina se veem que nós somos gays? Na praia é bom quando ta cheio (sic) porque ninguém liga, por exemplo, se um hetero mexe com você dizendo coisa que ali tem criança, vão ter outros gays lá que vão lhe defender" (George). O atrelamento entre o reconhecimento e o senso de pertencimento são articulados nestas relações para com o espaço, em que os lugares restaurativos podem sê-lo na medida em que o comportamento de um casal gay e venezuelano se adequa às regras do lugar. A ida à Quinta da Boa Vista, lugar tão prezado por eles, é negociada com a contenção do afeto mútuo e com a regulação do volume da fala -"eles podem ver que a gente é gay e ainda por cima refugiado" (George). A ida à praia, se inclui a troca de afetos, é negociada com o cálculo do local em que se concentram pessoas LGBTI+ não brancas, como o posto 1 da praia do Leme, mesmo que eles não gostem de praia lotada. Como afirma Butler (2015), a compulsoriedade de aparecer e se comportar de determinada maneira pré-condiciona a possibilidade de existir, frequentar, fazer-se reconhecível. Assim, a existência de espaços públicos não basta para que sirva como descanso ou restauração, pois há intensas negociações intersubjetivas que se tornam mais difíceis de acordo com a posição dos sujeitos na hierarquia social de classe, raça, gênero e sexualidade.



AS POSSIBILIDADES CARTOGRÁFICAS

Os caminhos delineados a partir das narrativas aqui apresentadas apontam para possibilidades cartográficas de ordem afetiva e cotidiana. Um trabalho fundamental foi feito nas publicações “Mapa das Redes Comunitárias e de Serviços para Pessoas Refugiadas e Migrantes LGBTQI+”, feitas para 8 cidades das regiões Sul, Sudeste e do estado da Bahia. Estas contêm mapas, incluindo estabelecimentos como centros de cidadania, ambulatórios especializados, centros de acolhimento, delegacias e organizações da sociedade civil, tendo consultado pessoas migrantes e refugiadas não cis-heterossexuais para validar informações mapeadas, pois reiteradamente estas são expostas a violências em lugares que deveriam oferecer proteção, incluindo os serviços públicos (ACNUR; LGBT+MOVIMENTO, 2022).

Para além dessas redes, a vivência cultural, a empregabilidade, a morada e a mobilidade são elementos que englobam uma série de questões determinantes do acolhimento e do reconhecimento, isto é, a possibilidade de existirem como seres humanos relevantes, visíveis (BUTLER, 2015), para quem são feitas políticas públicas ou que gozam de direitos de cidadania. Facundo (2017) alerta que a cidadania prometida para pessoas refugiadas ou migrantes com visto humanitário no Brasil é de segunda classe, nivelada com aquela dos brasileiros mais empobrecidos e com menos acesso a direitos. Tal condição se mostra como uma pré-destinação dessas pessoas, cuja lógica assistencialista pautada por ações humanitárias ou estatais emergenciais (PRATA FILHO, 2023) as coloca como fadadas à condição de migrantes, “sem lugar, deslocado(s)” (SAYAD, 1998, p.11), classificáveis pela sua condição documental e de deslocamento, assim como pelas categorias de gênero e sexualidade, no caso das pessoas LGBTI+.

O convite que fiz à participação das pessoas nesta pesquisa se deu justamente por suas trajetórias e por serem interpeladas através da categoria de migrantes/refugiadas LGBTI+, especialmente porque tais nomeações permitem definir o escopo das pessoas atendidas pela ONG em que trabalho, através da qual as conheci. Contudo, todas as subjetividades são múltiplas, inesgotáveis, e estão em constante transformação (MISKOLCI, 2012), mesmo constituídas pelo poder e o saber modernos e suas categorias. Filho e Teti (2013) descrevem que a produção da subjetividade funciona através de dois dispositivos, denominados objetivação e subjetivação:

A objetivação refere-se à colocação dos corpos e subjetividades dos indivíduos como objetos para o saber e o poder modernos, implicando toda uma diversidade de sujeições e controles, envolvendo a produção de corpos e de indivíduos concretos, presos a identidades visíveis. A subjetivação implica um movimento do sujeito em relação a si mesmo no sentido de reconhecer-se como sujeito de um enunciado, de um preceito, de uma norma, fazendo com que estes operem no seu próprio corpo, o que envolve um conjunto de trabalhos e práticas de si visando estetizar-se e produzir-se conforme enunciado pelo preceito ou pela norma” (FILHO; TETI, 2013, p. 50).



Para esses autores, cartografar é um modo de driblar as formas presentes de subjetivação e objetivação que são prescritas para os sujeitos. Negociar com e contra estes dispositivos consiste, por exemplo, em enfrentar o cotidiano resistindo às regras impostas para o destino de uma pessoa, agenciar-se com e contra as enunciações do refúgio, do gênero e da sexualidade, levando a sério aspirações, desejos e transformações. Assim, venho propondo a narrativa das pessoas participantes e o meu exercício de interpretá-las em escrita e sistematização acadêmica como uma prática cartográfica incipiente, que pensa o cotidiano e o lar sem restringi-los à ótica da crise, da urgência ou da destruição, como geralmente é feito em iniciativas e olhares relacionados migrantes e refugiados (HARKER, 2009).

Combinadas com as narrativas obtidas em entrevistas semi-estruturadas, as colagens podem ajudar na compreensão de relações de justaposição, ao invés de relações lineares e coerentes. É mais fácil, através de colagens e outras formas de imagem, entender relações de mutualidade, de múltiplas direções de uma vez, pois incitam respostas emocionais e sensoriais que não necessariamente racionalizam os elementos em ordem, e nem correspondem ao saudosismo construído em torno de narrativas de origem e fim (SÄRMÄ, 2014). Pedi às pessoas que fizessem colagens de acordo com o que conversamos, pensando no que mais lhes marcou a memória a partir de nossas conversas, especialmente no que tange aos temas “sentir-se em casa” e “fazer morada” no Rio de Janeiro.

Imagem 1: Colagem de autoria de Charmander



Fonte: fotografia da autora.

A colagem de Charmander acima centraliza a palavra “família”. Perguntado sobre sentir-se em casa no Rio de Janeiro, ele diz, como antes transcrito: “sou uma pessoa tranquila, só de respirar já tá bom, mas queria ter aqui minha família, todo mundo junto”. Na Venezuela, o conforto do lar tornou-se uma situação turbulenta, em que a relação a dois, em outro país, foi escolhida em detrimento de uma relação mais próxima com a família biológica. Nesta complexa rede de lealdades e decisões, Charmander vem lançando ao futuro a possibilidade de sentir-se em casa novamente com a família. Na colagem, alguns elementos à vista são o contraste entre as roupas pouco tradicionais das duas mulheres que aparecem no centro à direita, remetendo à sua divergência com a família; a paisagem pintada de um pôr-do-sol sobreposta à imagem de um rapaz em preto e branco que estava escrevendo em uma parede, que supõe o cansaço da rotina ou das obrigações truncadas, indicando uma fuga para uma paisagem artística; a relação entre mata e prédios, ligada ao contraste entre desejos rurais e a vida urbana; a liberdade associada à natureza e à cultura, o olhar para uma paisagem nebulosa onde ele escreveu *Crecimiento puesto en el futuro*, que traduzo como, “Crescimento lançado ao futuro”.

Anne-Marie Fortier (2001), ao analisar narrativas literárias de migração de pessoas LGBTI+ em termos de memória sobre o lar (*home*), entende que o significado deste vem de lembranças de começos, relacionadas a lugares, rostos, corpos e emoções; é um espaço de significados mutáveis e reconstruíveis, apesar das marcas afetivas. Para ela, lar não é simplesmente um lugar, mas sim um espaço material, vivido, e os desejos a ele relativos emergem aí dentro dos espaços de habitação que são adquiridos através de experiências. Ainda há cerca de três anos e meio no Brasil, Charmander considera que o seu lar é onde está sua família e assim o idealiza; por outro lado, reconhece sua coragem em fugir com o namorado e não esconder a própria história. Conforme Fortier (2001) “lar” remete a lugares que adquirem significado no processo de deslocamento; tais lembranças combinam, concomitantemente, forças de movimento e apego, e parecem informar tanto a centralidade da associação entre lar e família no pensamento de Charmander, quanto o reconhecimento de que há uma incompatibilidade entre sua trajetória e a fixação com a família enquanto sinônimo de “lar”.

Já George diz-se desapegado; já era independente desde muito jovem. Ele canaliza o seu saudosismo do lar e as chances de prosperar em um lugar específico: o mar. “Porque na praia tem tudo, dá pra fazer confeito e vender, dá pra ter meu próprio negócio; eu me sinto mais relaxado, parece que tudo acontece ali”. Como propõe Malkki (1995), o lar é aquele lugar onde a pessoa se sente mais segura e à vontade, e não apenas um ponto essencializado num mapa. A questão é que, para as pessoas que entrevistei, a tentativa de fazer lar no Rio de Janeiro é sempre faltante, projetada a um futuro idealizado; apesar disso, todos relatam sentir-se mais à vontade pela relativa liberdade de exercer a sexualidade, e por ser um país que dá mais chances de crescer profissionalmente e como pessoa.



Imagem 2: Colagem de autoria de George



Fonte: fotografia da autora.

Perguntado sobre a pretensão de continuar no Rio de Janeiro, George diz não fazer questão de permanecer. Poderia ir pra qualquer lugar que ficasse próximo ao mar, e tem visitado seu amigo cubano, mais velho, que mora em Copacabana, onde acaba dormindo pela distância de casa. Como enquadramento para as colagens, foi escolhida uma base de papel duro preta, sobre a qual está centralizada a imagem do mar, rodeada por prédios, uma máscara e, acima, a área interna de um museu que simboliza prédios sofisticados, onde George escreveu *Trabajo*. Na ponta inferior direita, uma imagem em preto e branco com escritos está posta abaixo da figura de uma moça sorrindo, alimentando-se de uma melancia. George tem duas formações educacionais superiores incompletas na Venezuela: essas experiências parecem ter sido deixadas para trás, ocupadas por necessidades mais urgentes de alimentar-se, pensar em lazer, ser feliz no curto prazo. À esquerda, está um revólver apontado para uma pessoa parada na porta de casa, imagem em preto e branco, mórbida, talvez relativa à vizinhança violenta de que ele sonha se livrar no futuro, pois almeja uma casa mais próxima ao centro e à praia.

Rafael, por sua vez, em condição atual de instabilidade psíquica, aposta sua vida na possibilidade de novos começos: ter uma relação romântica sólida, trazer suas três filhas da Venezuela. Esta última condição tem sido dificultosa porque, como refugiado, tem que prestar satisfação à ACNUR caso viaje ao país de origem, além de carecer de rede de apoio venezuelana e sofrer ameaças de familiares, ex-familiares e conhecidos.

Imagem 3: Colagem de autoria de Rafael



Fonte: fotografia da autora.

Rafael falou sobre a colagem acima e o fez de forma simples e direta: expressou a sua história, as pessoas que a ele deram as costas na Venezuela, suas batalhas e solidão na passagem da fronteira, onde há muitas florestas, a menção ao fogo (a pessoa na imagem à esquerda carrega uma tocha), pois ficou traumatizado com homens que atearam fogo em pessoas que dormiam próximo a ele, no chão de uma praça em Roraima, atingindo uma criança. No meio, ele destacou a imagem grande de um casal cis-heterossexual aparentemente alegre e tranquilo; assim como na colagem, o destaque de sua vida no Rio de Janeiro parece ter sido a descoberta e a vivência de sua transgeneridade, o abandono da relação com homens e o conforto de relacionar-se com mulheres. À direita, estão as pessoas que o ajudaram a seguir em frente, para um destino que vem sendo construído a muitos passos, mas que ainda está praticamente em branco dentro de sua imaginação.

Afetivamente, Rafael, Charmander e George tentam não se resignar às dificuldades que encontram morando no Rio de Janeiro, lugar de expectativas e sonhos. Nesse sentido, investem seus afetos na esperança sobre o futuro: seja numa comunhão emocional e/ou física com a família (Charmander; Rafael); seja sonhando viver perto da praia e ali exercer atividades comerciais para seu sustento (George); ou buscando um par romântico estável e o reconhecimento da legitimidade deste relacionamento frente à sociedade e a família (Rafael).

Mas o desemprego, acoplado aos problemas de habitação e de segurança pública que constituem os espaços das periferias cariocas (neste caso, Zona Oeste e Baixada Fluminense),

causam insegurança física e psíquica, intensificando o isolamento e a sensação de tédio, bastante presentes nos relatos de Rafael e de George. Já Charmander, empregado, adota constantemente um tom de satisfação ou resignação (“Só de respirar já tô feliz”), reforçando ser uma pessoa simples, que busca amizade com pessoas mais velhas, sábias, que saibam acolhê-lo, mas, ao mesmo tempo, lamenta ter tempo apenas para o trabalho.

Neste misto de sentimentos quanto ao presente e ao futuro, se sobressai a sensação, compartilhada por todos, de que no Rio de Janeiro há maiores chances de crescer profissionalmente e como pessoa devido à liberdade individual e ao mercado de trabalho da cidade grande. Apesar das desigualdades econômicas entre os bairros, que se refletem na sensação de (in)segurança em geral e na falta de serviços de proteção para pessoas LGBTI+ (VIEIRA DE JESUS, 2023), os direitos LGBTI+ no Brasil e a multiculturalidade de uma grande metrópole são elementos fundamentais para que as pessoas aqui entrevistadas considerem que viver no Rio de Janeiro é promissor para o seu crescimento pessoal, ao menos em comparação com as experiências anteriores de vida na Venezuela e na região fronteiriça brasileira. Nessas circunstâncias, o vislumbre do gozo “em potencial” da cidadania, somado aos direitos LGBTI+ adquiridos e exercidos no Brasil, fazem parte de uma dimensão recente em suas vidas, relativa à cidadania sexual (RICHARDSON, 2015). O enquadramento de cidadania sexual pressupõe que, enquanto sujeitos cis-heterossexuais em sociedades seculares têm como naturalizados os seus direitos sexuais - de namorar, fazer sexo, casar, trocar afetos em público, etc. - não é tão óbvio que sujeitos LGBTI+ tenham direitos sexuais.

Para pessoas migrantes que não gozavam de direitos de proteção às suas práticas e identidades não cis-heterossexuais em seus países de origem, as leis brasileiras representam um alívio no que tange à potencialidade de existir sem discriminação, ou simplesmente à potencialidade de poder-se falar sobre práticas e identidades não cis-heterossexuais em, para algumas pessoas, sejam amigos, sejam colegas de trabalho (nem sempre é o caso), sejam funcionárias e colegas da Pétala, do ACNUR, da Cáritas, etc. Para as pessoas travestis e transgênero, o direito a terem nomes sociais em todos os seus documentos brasileiros fazem a diferença na sensação de reconhecimento, como ficará nítido no caso de Rafael. O direito à adoção por casais homoafetivos, a inclusão de mulheres trans e travestis na lei Maria da Penha, o direito à hormonização com acompanhamento do SUS (Collado et. al, 2022) - mesmo que a fila de espera para o tratamento demore bastante tempo - são significativos desde o ponto de vista de que na Venezuela há poucos direitos garantidos. Por outro lado, os altos índices de violência, especialmente contra a população transgênero e travesti, é um indicativo de que a cidadania sexual não pode ser medida apenas pelo ponto de vista dos direitos formais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconstrução dos lugares de morada e pertencimento de pessoas que passam pelo processo de refúgio internacional depende de uma série de fatores e estruturas que devem ser providas pelo Estado e pela sociedade civil, dentro das quais a rotina e as cargas afetivas das interações intersubjetivas são parte fundamental. As pessoas entrevistadas relataram passar por problemas de à (in)segurança pública, desemprego, e isolamento devido a grandes distâncias percorridas por viverem em periferias do Rio de Janeiro. A falta de suas famílias e de vínculos próximos que provejam a sensação de segurança ontológica e estabilidade psíquica reforça os problemas de desigualdade social pelos quais quase passam estas pessoas, cujas perspectivas de vida se assemelham as pessoas mais pobres do Brasil, que exercem uma espécie de cidadania de segunda classe (FACUNDO, 2017).

Negociando sua sobrevivência material e subjetiva, essas pessoas encontram possibilidades de relaxamento da categoria político-burocrática de refugiados nos laços com a sociedade civil, onde a Pétala atuou como ponte de amizades e de acesso à cidadania, à informação, ao emprego e aos direitos LGBTI+. Nesse sentido, “fazer morada” é uma construção diária que se faz possível nas brechas de relaxamento sobre o olhar do outro distante, que os fita como pessoas refugiadas. As amizades e romances de Rafael na choperia da Zona Oeste, e os amigos mais velhos de Charmander e George que lhes conhecem de forma íntima, assim como passeios ao parque, à praia e ao museu, apareceram como elementos que os aproximam da sensação de “fazer morada”/home/homemaking (MEEUS; VAN HEUR; ARNAUT, 2019; KOX; VAN LIEMPT, 2022). É relevante rememorar que a única amizade íntima cis-heterossexual surgida nos relatos é a amiga de 64 anos de Charmander e George, o que sugere que, apesar de terem algumas ponderações quanto às pessoas LGBTI+ cariocas, a não cis-heterossexualidade pode ser um elemento político congregador para pessoas migrantes. Somado a isso, o acesso a direitos de cidadania sexual (RICHARDSON, 2015) no Brasil e no Rio de Janeiro lhes dão o reconhecimento social e a possibilidade de crescimento pessoal que não consideravam ter na Venezuela, embora essa sensação varie em contextos específicos da distribuição espacial e da segurança pública, que depende principalmente de recortes de classe social e raça.

Essa sensação de liberdade e crescimento pessoal, embora lhes tenha rendido momentos importantes de descoberta e pertencimento em relação à cidade, é também projetada para o futuro, e alimenta suas esperanças de dias melhores, embora as perspectivas de emprego, renda, lazer, e acesso à cultura sejam baixas. Particularmente no quesito emprego e renda, há uma frustração pelas carreiras de estudos e empregos interrompidas na Venezuela e descontinuidades no Brasil, onde impera a busca por oportunidades emergenciais e precarizadas de acesso à renda. É nestas negociações entre esperança, resiliência, instabilidade psíquica, afetos e desafetos que essas pessoas constroem suas perspectivas de dignidade.



REFERÊNCIAS

- ACNUR; LGBT+MOVIMENTO. *Mapa das Redes Comunitárias e de Serviços para Pessoas Refugiadas e Migrantes LGBTQI+*. Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/05/mapa_rio_de_janeiro.pdf> Acessado em 15 de junho de 2023.
- ANDRADE, Vitor. *Imigração e sexualidade: solicitantes de refúgio, refugiados e refugiadas por motivos de orientação sexual na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Portal de Imigração*. 2021. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/resolucoesgerais/resolucoes-do-comite-nacional-para-os-refugiados-conare>> Acessado em 17 de junho de 2023.
- BOCCAGNI, Paolo. *Migration and the Search for Home: mapping domestic space in migrant's everyday lives*. New York: Palgrave Macmillan, 2017.
- BRICKELL, Katherine. Geopolitics of Home. *Geography Compass*, v. 6, n. 10, p. 575–588, 2012.
- BUTLER, Judith. *Notes towards a performative theory of assembly*. Harvard: Harvard University Press, 2015.
- COLLADO, M. P. et Al. Manual de atendimento humanizado a migrantes internacionais LGBTQI+. Organização Rede MILBI+. São Paulo: Ed. dos autores, 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. It's All In the Family: Intersections of Gender, Race, and Nation. *Hypatia*, v. 13, n. 3, p. 62-82, 1998.
- CRAWLEY, Heaven; SKLEPARIS, Dimitris. Refugees, migrants, neither, both: categorical fetishism and the politics of bounding in Europe's 'migration crisis'. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 44, n. 1, p. 48-64, 2018.
- FACUNDO, Ângela. *Êxodos, refúgios e exílios: colombianos no sul e sudeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017.
- FILHO, Kleber Prado; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Babarói*, n. 38, p. 45-49, 2013.



FONSECA, Nathalia A. *Entrecruzamentos entre Migração, Gênero e Sexualidade: experiências de vida de mulheres não-cisheterossexuais venezuelanas e solicitantes de refúgio*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2020.

FONTGALAND, Arthur; FRANÇA, Isadora. Gênero, sexualidades e deslocamentos: notas etnográficas sobre imigrantes e “refugiados LGBTI” no Norte do Brasil. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v.28, s/n., p. 49-68, 2020.

FORTIER, Anne-Marie. ‘Coming Home’: Queer migrations and multiple evocations of home. *European Journal of Cultural Studies*, v. 4, n. 4, p. 405-424, 2001.

HARKER, Christopher. Spacing Palestine through the home. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 34 n. 3, p.320–332, 2009.

JUBILUT, Liliana Lyra; MADUREIRA, André de Lima. Os desafios de Proteção aos Refugiados e Migrantes Forçados no Marco de Cartagena +30. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 22, n. 43, p. 11-33, 2014.

JUBILUT, Liliana Lyra; SILVA, João Carlos; VELÁSQUEZ, Militza Zulimar. Proteção humanitária no Brasil e a Nova Lei de Migrações. In: CAMARGO, A. et al. (Org.) *Nova Lei da Migração: os três primeiros anos*. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp – Observatório das Migrações em São Paulo/FADISP, 2020.

KOX, Mieke; VAN LIEMPT, Ilse. “I Have to Start All over Again.” The Role of Institutional and Personal Arrival Infrastructures in Refugees’ Home-making Processes in Amsterdam. *Comparative Population Studies*, v. 47, p. 165-184, 2022.

LGBT+MOVIMENTO. *Carta Manifesto: Projeto Trans Vivas y Migrantes*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://lgbtmaismovimento.com.br/relatorios/#>>. Acesso em: 22 out. 2023.

MALKKI, Liisa H. Refugees and exile: From “Refugee Studies” to the National Order of Things. *Annll. Rev. Anthropol*, n.24, p.495-523, 1995.

MANALANSAN, Martin. Queer intersections: sexuality and gender in migration studies. *International Migration Review*, v. 40, n. 1, p. 224–249, 2006.

MEEUS, Bruno; ARNAUT, Karen; VAN HEUR, Bas. Migration and the Infrastructural Politics of Urban Arrival. In: *Arrival Infrastructures - Migration and Urban Social Mobilities*. Bruno Meeus, Karen Arnaut; Bas van Heur (Orgs.). Cham: Palgrave Macmillan, 2019. p.1-32.



PETERS, Gabriel. Agência, estrutura e práxis: uma leitura dialógica da teoria da estruturação de Anthony Giddens. *Teoria e sociedade*, v. 19, n.1, p.8-39, 2011.

PRATA FILHO, Ricardo. *Rastros performativos no acolhimento humanitário: migração e refúgio de venezuelanas LGBTI+ na Operação Acolhida*. Tese de Doutorado em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2023.

RICHARDSON, Diane. Rethinking sexual citizenship. *Sociology*, v. 51, n. 2, p. 208-224, 2015.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SÄRMÄ, Saara. *Junk Feminism and Nuclear Wannabes-Collaging Parodies of Iran and North Korea*. Academic Dissertation. University of Tampere. School of Management. Tampere: Tampere University Press and the author, 2014.

VAN LIEMPT, Ilse; BILGER, Veronika. Ethical challenges in research with vulnerable migrants. In: VARGAS-SILVA, Carlos (org.). *Handbook of Research Methods in Migration*. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar Publishing, 2012, p. 451-466.

VAN LIEMPT, Ilse; STARING, Richard. Homemaking and Places of Restoration: Belonging within and beyond places assigned to Syrian Refugees in the Netherlands. *Geographical Review*, v. 111, n. 2, p. 308-326, 2021.

VIEIRA DE JESUS, Diego. Santos. Só para o moço do corpo dourado do sol de Ipanema: distribuição espacial da economia noturna LGBT na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 19, n. 2, p. 288-309, 2017.

ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti. Comunicação em rede nas comunidades migrantes. In: PERSEGUM, Daniel; OLIVEIRA, Edson Luiz; QUINTANILHA, Karina; CIOTTI, Naira (orgs.). *Fontié ki Kwa-ze - Fronteiras Cruzadas: O desafio da comunicação diante das populações em deslocamento*. São Paulo: Colabor, 2018, p.18-22.

